

**POLÍTICA E SOCIEDADE NAS ESTRADAS TRANSVERSAIS DA AMÉRICA
LATINA: O NEOLIBERALISMO E O POSIBERALISMO? (1980-2014)**

**POLITICS AND SOCIETY ON THE TRANSVERSAL ROADS OF LATIN
AMERICA: NEOLIBERALISM AND POSIBERALISM? (1980-2014)**

Andreza Dos Santos Sousa, Leandro Sessa, Olivia Morais de Medeiros Neta
Universidad Nacional de La Plata, Argentina | Instituto Federal de educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

andrezassousa@yahoo.com.br, lesessa@yahoo.com.ar, olivianeta@gmail.com

RESUMO

Compreender a problemática dos movimentos sociais na América Latina, a atuação da esquerda ou centro-esquerda, o surgimentos de organizações multilaterais, suas influências nos países latinoamericanos são importantes para entendermos um pouco mais sobre o atual contexto histórico, econômico e social, bem como as políticas sociais foram concebidas nesses países. É um cenário complexo, marcado por mudanças fortes, onde os fatos ocorrem de forma simultânea. Surge o neoliberalismo com o intuito de reduzir o papel do Estado, mas isso acentua as desigualdades sociais, eleva das taxas de desemprego, aumenta a criminalização dos protestos sociais, além de ditar o que cada país deve se especializar em nome de uma chamada reforma estrutural. As lutas sociais foram intensas e a esquerda chega ao poder, mas sofre mudanças em alguns países assume uma postura centro-esquerda, mas isso não é tudo, pois as organizações multilaterais apesar de ceder às pressões dos movimentos sociais, no âmbito das políticas sociais elas ainda interferem nas demais políticas como podemos verificar no caso do Brasil com o Programa de Educação Básica para as Regiões Norte e Centro-Oeste (Programa Monhangara) que foi um dos projetos financiados pelo Banco Mundial. Esses são alguns elementos que estão presentes nas encruzilhadas da América Latina vivendo uma política pós-liberal.

Palavras-chave: América Latina. Movimento Sociais. Governo de Esquerda. Organizações Multilaterais.

ABSTRACT

Understanding the problems of social movements in Latin America, the work of the left or center-left, the emergence of multilateral organizations, and their influence in Latin American countries are important to understand a little more about the current historical, economic and social context, as well as the policies were designed in these countries. It is a complex scenario, marked by strong changes, where the facts occur simultaneously. Neoliberalism arises in order to reduce the role of the state, but this accentuates social inequalities, raises unemployment rates, increases the criminalization of social protest, and dictates what each country should specialize in the name of a so-called structural reform . The social struggles were intense and the left comes to power, but undergoes changes in some countries takes a center-left stance, but that is not everything, because the multilateral organizations despite giving in to the pressures of social movements, within the scope of social policies they still interfere with other policies as we can verify in the case of Brazil with the Basic Education Program for the North and Central West Regions (Monhangara Program), which was one of the projects financed by the World Bank. These are some elements that are present at the crossroads of Latin America living a post-liberal policy.

Keywords: Latin America. Social Movements. Government of the Left. Multilateral Organizations.

1 INTRODUÇÃO

Este breve estudo busca refletir acerca do neoliberalismo e do pós-liberalismo, em um recorte temporal de 1980 a 2014, neste não se trata de revisitar exaustivamente os conteúdos bibliográficos, nem os conceitos, mas compreender um pouco mais sobre as características históricas do neoliberalismo e do pós-liberalismo na América Latina e no Brasil, bem como, a relação dos organismos multilaterais na construção de políticas sociais e a introdução da lógica capitalista nas escolas brasileiras.

Não há como falar de neoliberalismo e do pós-liberalismo, sem mencionar sua influência política internacional sobre a América Latina, incluindo, neste estudo especificamente o Brasil. É perceptível nas últimas décadas a ocorrência do avanço da expansão do capitalismo, da globalização e que os mercados se tornaram mundiais.

Durante a década de 80, com a ocorrência da crise econômica mundial, que proporcionou um desequilíbrio nas balanças de pagamentos dos países em desenvolvimento, resultando em escoamentos de recursos destes países, tendo em vista que o contexto dessa crise perpassava um modelo social de acumulação e de reestruturação produtiva que impôs novas formas de produção, organização e gestão do trabalho e novas estratégias que permitissem a rearticulação da política econômica internacional, visando à recuperação de seu ciclo de reprodução, tão necessária à manutenção da hegemonia global sob a égide do capital (OLIVEIRA, 2005 *apud* REIS, C.N. et al. 2010, p. 14).

Desse modo, busca-se aqui compreender as características históricas do neoliberalismo e do pós-liberalismo na América Latina e no Brasil bem como, a relação dos organismos multilaterais, as políticas sociais e a introdução da lógica capitalista no segmento educacional.

O estudo está dividido em duas partes, na primeira são apresentados breves recortes históricos do neoliberalismo e pós-liberalismo na América Latina e na segunda no Brasil. Tem como fundamentação as teorizações de Ardit (2009), Svampa (2006), Reis et al (2010), Petersen (2010), dentre outros.

O desenvolvimento deste estudo incidiu sobremaneira sob os seguintes pontos: pesquisa bibliográfica referente os movimentos sociais e o novo cenário regional (neoliberal), um giro da esquerda na América Latina (pos-liberal). Para isso, procedeu-

se uma leitura de artigos científicos localizados em sítios na internet e em capítulos de livros. No tratamento dos dados optou-se por fazer um panorama que apresente temporalmente as características históricas do neoliberalismo e do pós-liberalismo na América Latina e no Brasil, bem como suas implicações para América Latina.

O estudo apresentou sucintamente o neoliberalismo e os movimentos sociais na América Latina, ao mesmo tempo em que surgem organizações internacionais (FMI e BIRD) que detinham fortes influências no âmbito da economia e das questões sociais, ou seja, na construção de políticas sociais nos países da América Latina. Mas, o movimento da esquerda se mantém ativo e luta para que as agências multilaterais cedam a pressão que exerciam sobre os governos para redução do endividamento público a qualquer custo e assim, os governos voltaram a introduzir a dimensão social na matriz econômica para suprir em parte as necessidades da população. Especificamente, apresenta como ocorreu no Brasil a influência dos organismos multilaterais na construção de políticas sociais e a introdução da lógica capitalista nas escolas brasileiras. Desse modo, considera-se importante conhecer um pouco sobre esse contexto, os fatos históricos, econômicos e sociais que implicam nas relações e situações atuais em vivem atualmente os países da América Latina.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa consiste em estudo bibliográfico-descritivo. As pesquisas bibliográficas são elaboradas com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como, material disponibilizado pela internet (GIL, 2010, p. 29-30).

Para Cervo e Bervian (1996, p. 49), estudos descritivos consistem em observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. [...]

Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

O desenvolvimento do presente estudo ocorreu da seguinte forma: pesquisas bibliográficas referente aos movimentos sociais e o novo cenário regional (neoliberal), um giro da esquerda na América Latina (pos-liberal). Para isso, procedeu-se uma análise nos artigos científicos localizados em diferentes sítios na internet.

O tratamento dos dados consiste em fazer uma reflexão e promover uma compreensão do panorama do neoliberalismo e do pós-liberalismo no período de 1980 a 2014.

2 O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: MOVIMENTOS SOCIAIS

Toda a América Latina, incluindo assim o Brasil, padece desde o fim da colonização, é perceptível que as influências dos colonizadores deixaram marcas profundas, mas este não é apenas o grande problema. Durante o período da Guerra Fria os Estados Unidos bem como, os países capitalistas centrais notaram a importância dessa região, incluindo o Brasil, pois passavam por um período de reestruturação do capitalismo. O interesse era que essa região abrigasse parte de seus parques industriais, isso geraria mais rentabilidade. Todavia, esse passo apenas fortalecia a influência dos Estados Unidos sob o Brasil e o restante da América Latina.

Entretanto, com a crise do petróleo era preciso atenção com a situação e manter o controle nesses países. Para isso foram criadas várias organizações, dentre elas: o BIRD – Banco Internacional de Reconstrução Econômica e o FMI – Fundo Monetário Internacional. Ambas mantiveram fortes influências no âmbito da economia e das questões sociais, ou seja, de um modo geral, das políticas sociais. Esses fatos emergem com maior visibilidade durante a década de 90.

No entanto, o surgimento dessas organizações data de 1944, fruto do interesse dos países capitalistas, durante a realização da Conferência de Bretton Woods. Essas organizações possuem papéis similares, embora

o FMI conceda empréstimos de curto prazo para questões macroeconômicas, a fixação de códigos de conduta política para os países credores e a definição de precondições para o crédito do Banco. Enquanto o BIRD, atua como agência de financiamento a longo prazo e de assistência técnica para projetos econômicos e sociais específicos. (PETERSEN, 2010 p.40)

Essas organizações se tornaram os pilares fundamentais da ordem econômica internacional, porém, devido às mudanças cada vez mais constantes a divisão de papéis entre elas também vem sofrendo alterações, decorrentes das suas similaridades e atuações. Por outro lado, também ocorreram mudanças fortes por parte das populações, a intensificação das lutas de classes, os constantes conflitos, tudo isso, contribuiu para geração de distintos estados de Bem-Estar.

Retoma-se aqui a crise do petróleo em 1973 que foi agravada pelo abandono dos Estados Unidos ao acordo de Bretton Woods. Nesse contexto o dólar deixa ter a referência o padrão ouro, isso acarretou a quebra do sistema de câmbio. E com isso, a recessão.

Com a estabilidade monetária passou a ser a meta suprema de todos os governos, tornou-se necessária uma disciplina orçamentária muito grande. Inicialmente a contenção de gastos com bem-estar social a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar o poder dos sindicatos (ANDERSON, 1995 *apud* PETERSEN, 2010).

Este fato mostra como se inicia a expansão do neoliberalismo. Mesmo que não instalado de uma vez por todas. Alguns exemplos: em 1973, a ditadura de Pinochet no Chile; a partir de 1979 se espalha pela Europa: na Inglaterra com a Margareth Thatcher, em 1980 chega aos Estados Unidos pelo Ronald Reagan, em 1982 na Alemanha com o

Khol, em 1983 na Dinamarca com o Schluter. Todos eles atacavam de frente a desorganização dos trabalhadores, o desemprego em massa, a desmobilização sindical e sua repressão, a privatização de bens públicos. Para eles era preciso reduzir o papel do Estado e o caminho do encontrado era enfraquecendo os sindicatos e provocando a flexibilização do mercado de trabalho. Svampa (2006 p. 142) caracteriza isso muito bem:

Este proceso de redistribución del poder social condujo a un nuevo escenario, caracterizado por la gran asimetría de fuerzas, visible, por un lado, en la fragmentación y la pérdida de poder de los sectores populares y amplias franjas de las clases medias y, por otro lado, en la concentración política y económica en las elites de poder internacionalizado.

Todo esse processo foi marcado por desigualdades sociais, as falhas: políticas, econômicas, sociais e culturais e nesse processo se caracteriza por uma assimetria, pois de um lado toda a fragmentação do poder dos setores da população, por outro a concentração política e econômica do poder internacional. Todavia, esse registro histórico não é linear, tendo em vista que dentro desse processo tudo ocorre de forma simultânea.

A América Latina recebe a expansão do neoliberalismo pela via do desenvolvimentismo, no entanto, esses países possuíam altas taxas de endividamento, aumento de suas dívidas externas, a redução dos investimentos estrangeiros e os juros altos.

Os anos 80 foram marcados por grandes lutas sociais, em prol das transformações da estrutura social, principalmente entre as forças sociais, suas transformações da condição de vida e reprodução, se apresentando de forma proativa em prol da promoção da vida e da diversidade por meio de alternativas emancipatórias. Estas condições foram pensadas nas seguintes dimensões: a territorialidade, a ação direta, desenvolvimento de alternativas da democracia direta e a demanda por autonomia.

Por outro lado frente a esse cenário incerto, os Estados Unidos, o FMI e o BIRD estabeleceram um conjunto de medidas, conhecido por Consenso de Washington. Este impunha a América Latina um ajuste macroeconômico. Era necessário seguir todas as recomendações contidas no consenso, se os países tivessem interesse em renegociar suas dívidas. Consoante Fiori (2001, p.31): “era dessa maneira, os governos latino-americanos foram transferindo a ‘capacidade de decisões’ para aquelas entidades internacionais que passaram a ditar o que deveriam fazer”.

Assim, observa-se que todos os movimentos empreendidos, todas as conquistas, a intervenção ocorre de forma distinta em toda a extensão da América Latina. De forma geral, têm-se as privatizações, os ajustes fiscais, os escoamentos dos recursos naturais, o mono cultivo, os megaprojetos. Esses movimentos sociais ao longo tempo, foram marginalizados, implantaram um discurso com uma tendência a militarização debilitando a seguridade cidadã, vive-se um conflito na implantação desse modelo neoliberal em toda a América Latina.

3 UMA POLÍTICA PÓS-LIBERAL NA AMÉRICA LATINA: UM GIRO EM TORNO DA ESQUERDA

A luz do pensamento de Ardití (2009) há uma ambiguidade no termo esquerda, isso decorre da postura assumida pela esquerda Latina Americana. Onde os partidos socialistas e as organizações de centro-esquerda começaram a deixar em segundo plano suas resistências frente à economia de mercado, pormenorizar os discursos das lutas de classe frente à internacionalização, a soberania westfaliana restrita.

Essa discussão acerca da esquerda preocupa os acadêmicos, enquanto que os movimentos sociais e os partidos estão à parte dessa discussão. Uma vez que os movimentos sociais, por exemplo, não se preocupam com isso, desempenham suas atividades independentes do “rótulo: esquerda”.

Os acadêmicos, políticos e jornalistas ao falar de um giro da esquerda caracterizam os esquerdistas por uma série de fatores: as posturas, as políticas públicas,

os gestos, os padrões discursivos que possuem seus líderes, pois foram classificados como tais.

Arditi (2009) ao citar Jorge Castañeda (2006) afirma que há definição a meio termo, nem boa, nem má completamente. Para Castañeda (2006, p. 32) a esquerda é:

“esa corriente de pensamiento, política y policy que coloca el mejoramiento social por en cima de la ortodoxia macroeconomía, la distribución igualitaria de la riqueza por sobre su creación, la soberanía política por sobre la cooperación internacional, la democracia (al menos cuando está en la oposición, aunque no necesariamente una vez que llegan al poder) por sobre la efectividad gubernamental.”

Essa afirmação é ilustrada por Castañeda com o exemplo do Chile que é governado por uma esquerda populista, autoritária, corrupta, estatista, e fiscalmente irresponsável o que contrasta com a esquerda boa, moderna, democrática, transparente, sensível e favorável ao mercado. Assim, Castañeda compreende que há dois tipos de esquerda na América Latina uma "moderna, aberta e reformista" e outra "nacionalista, estridente e fechada."

O autor ainda estabelece um marco conceitual para especificar a política de esquerda e elege critérios de razões teóricas e práticas. As razões teóricas versam acerca da igualdade, solidariedade e participação social e que não existe uma esquerda unitária, pois a esquerda depende do seu contexto de surgimento. Enquanto que as razões práticas são os fatos de que esquerda se trata de uma experiência histórica resultante de acertos e erros, a relação estratégica: ação versus inimigos e por fim as representações da esquerda em manifestos, panfletos, artigos que se propõe a responder quem somo e porque lutamos. Essas razões teóricas e práticas são entrelaçadas.

Para Arditi a esquerda na América Latina é caracterizada por uma inevitável heterogeneidade e diversidade, por sua extensão, pelos líderes esquerdistas, por correntes ideológicas, pelas trajetórias políticas partidárias, pela composição de alianças e blocos de poder, da liderança presidentes eleitos e escolhas de modelos de gestão mais reformista ou fechada.

Diante desse contexto já entendido como complexo, as políticas neoliberais não tiveram o resultado esperado pelos propulsores dessas políticas. A receita de bolo elaborada pelo Consenso de Washington foi reavaliada, pois não gerava o esperado “o bem-estar social.” As agências multilaterais tiveram que ceder a pressão que exerceram sobre os governos para redução do endividamento público a qualquer custo.

Como resultado disso tudo, as agências multilaterais e os governos voltavam a introduzir a dimensão social na matriz econômica para evitar o descontentamento geral da população.

As certezas de sentido comum político e econômico entre as décadas de 80 e 90 se foram por terra, o interesse dos Estados Unidos pela América Latina só se concretiza em setembro de 2001, com exceção do comércio e assuntos de segurança nacional. Esses anos de desinteresse tiveram um custo, um exemplo, foi o fracasso dos Estados Unidos em obter apoio para seu candidato a eleição de secretário geral Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2005.

Quanto à dimensão pós-liberal da política de esquerda, o autor afirma que é possível agrupar a espessa literatura sobre a esquerda de acordo com a classificação: política convencional ou política alternativa. As políticas convencionais possuem ênfase na governança, os partidos dos trabalhadores e os movimentos que operam em órgãos executivos e legislativos nacionais e locais.

Para ele não é apenas caracterizar a esquerda como antiliberal, pois há marcas significativas no passado. A onda da política da esquerda se inspira no imaginário socialista, em suas contribuições culturais, a preocupação em dar respostas a demandas distributivas a quem tem sido excluído por ser pobre, índio ou mulher.

O locus clássico da democracia cidadã no pensamento liberal se caracteriza por três aspectos: o reconhecimento de igualdade perante a esfera pública, a natureza voluntária da participação e demanda política de emponderamento. Um desafio para o liberalismo que não pode ser menosprezado, a expansão e a legitimação da política fora do Estado-Nação impetrada por atores que ficam abaixo do nível governamental.

Alguns países da América Latina parecem estar mobilizados, suas participações buscaram caminhos alternativos, pois a participação não vem dos partidos, vem da organização popular, o que caracteriza por uma construção híbrida, sem violência política.

O pós-liberalismo não tem um final lapidado a ser observado, ou seja, um capítulo de nossas vidas com o final não escrito é um processo que se caracteriza como uma transição, com fins de reorganizar a economia, definir o novo papel do Estado, o surgimento de novos atores sociais, onde os mercados livres não são o único caminho para a condução de políticas econômicas; é necessário incluir os blocos de poderes. Todavia, as esquerdas da América Latina são mais pós-liberais do que antiliberais.

4 A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E A INTRODUÇÃO DA LÓGICA CAPITALISTA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

No Brasil, uma dicotomia, com a aprovação da Carta Magna em 1988 que garante diversas conquistas sociais e com a possibilidade de construção de um Estado de Bem-Estar, por outro lado, vivia a imposição do neoliberalismo que em essência enfatizava a redução de gastos com políticas sociais. Havia um choque entre as conquistas sociais e as ideias neoliberais, implicados no contexto da crise experienciada pelo capitalismo naquele momento. Conforme afirma Soares (2000, p. 35): “o país foi pego a meio caminho, na sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem-Estar Social”.

A manutenção da estabilidade monetária é a única preocupação do neoliberalismo e o Brasil dentro desse contexto vivendo isso ‘a meio caminho’ se deparou com consequências cruéis para sua estrutura social, implicando diretamente nas relações de trabalho e no emprego, de consumo, da proteção social e da vida dos brasileiros. Tudo porque o mercado define como serão reguladas essas relações, é importante ressaltar que direitos sociais não eram prioridades para o neoliberalismo.

Tudo isso implicou em mudanças (boas ou más...) nas políticas sociais brasileiras. Conforme Petersen (2010, p.44) afirma

Com a imposição da agenda neoliberal, o Brasil dos anos noventa promoveu uma reestruturação (o desmonte) das

políticas sociais, levando em conta três aspectos – a descentralização, a desconcentração e a focalização – aniquilando a cidadania social, vislumbrada pela Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, por Ulysses Guimarães.

Essas mudanças trouxeram cargas pesadas a cada instância do Estado Brasileiro. A autora discorre que a política de descentralização teve por objetivo de encarregar aos estados da federação e a seus municípios muitas responsabilidades, justificando uma redução dos gastos públicos e da burocracia nas prestações de serviços públicos. Isso gerando um distanciamento dos usuários aos centros de decisões.

Ao tratar da desconcentração considera que esta provocou a delegação de tarefas de gestão e de parte do financiamento a entidades não governamentais, observa-se assim a ascendência do terceiro setor o que mascara uma terceirização, o Estado delega a entes privados a execução de suas atribuições. Por fim, ao tratar a focalização se refere a aplicar alguns recursos apenas para populações sem nenhuma renda, sendo destinado o mínimo para sobreviver, sem nenhuma perspectiva de superar essa situação de miséria. Não sendo isso o bastante, também foi incentivada a criação de Ongs assistenciaistas e desse modo a questão pertencente ao Estado passa para o plano da filantropia, provocando retrocessos nas políticas e conquistas sociais.

É durante o governo do Fernando Collor de Melo (90-92) que o Brasil se insere no projeto neoliberal, ocorre um aumento da inflação, a abertura de mercados, dentre outros fatores e com isso restou ao Brasil sua submissão ao FMI e ao BIRD. Mas, era preciso estabilizar a economia e essa foi à missão inicialmente coube ao Itamar Franco (92-95), estabilizar a economia exigia a intervenção do Estado para ordenar os investimentos, definir prioridades e socorrer o mercado e os bancos, obviamente que em detrimento das políticas sociais (FIGUEIREDO, 2001).

Nesse processo o Itamar Franco contou com o apoio do Fernando Henrique Cardoso que era seu Ministro da Fazenda e que inspirado nas diretrizes do BIRD e do FMI criou o Plano Real, todavia, era um momento difícil para o desenvolvimento social que sofria com as incompatibilidades, pois a expansão da desigualdade social e o enfraquecimento das intervenções do Estado na área social eram grandes.

O Fernando Henrique (95-2003) chega à presidência com o discurso de que irá modernizar o país, menos burocracia, e na tentativa de realização o seu discurso sempre alinhado aos interesses do BIRD e do FMI iniciou o processo de privatizações das empresas estatais em todo o Brasil. Lançou isso, como proposta aos estados da federação que para sanarem suas contas era preciso se desfazer de alguns bens. No entanto, só fortaleceu as políticas sobre o mercado, tendo isso um efeito muito ruim, pois provocou o aumento do desemprego, da queda de renda e da informalidade. O professor Fagnani (2005) apresenta os seguintes dados em sua entrevista,

Em, 1990, 60% do trabalho era com carteira assinada; em 2002, caiu para 40%. Sabemos que a carteira assinada é um divisor de águas entre a cidadania e a exclusão: possui direitos, quem tem emprego formal. É brutal a quantidade de pessoas que passaram a serem cidadãos de segunda classe. A queda da mobilidade social e a desestruturação do mercado de trabalho estão na base da chaga social que estamos vivenciando nos últimos anos, como a violência, o tráfico de droga, a prostituição infantil, a desestruturação das famílias etc.

O Professor Fagnani (2005) também ressalta a fragilização das políticas sociais, no âmbito da assistência social, da saúde da educação. E destaca as incongruências: extingue-se a Funabem e a LBA pertencentes à estrutura de assistência social, na saúde, a criação do SUS, porém em ambas, “descentraliza” a gestão e mantém os recursos vinculados a União. Já na educação a história não é tão diferente, apenas a educação básica teve um pouco mais de atenção nesse processo. Os estados e municípios estavam fragilizados economicamente, em virtude dos endividamentos gerados pela política monetária e para fechar o ciclo o governo federal aprova a lei de responsabilidade fiscal que limita o gasto em 50% com despesas com pessoal. Pergunta-se: basicamente, onde se localizam os gastos da educação fundamental e da saúde, se não com pessoal? (Fagnani, 2005).

No período de 2003 a 2010, o governo Lula encontra uma conjuntura difícil, interna e externamente, e faz a opção de manter as relações parcimoniosas com os

setores conservadores. Nesse período, foi preciso recuperar a economia e a estratégia adotada foi desenvolver uma política competitiva de exportações utilizando produtos oriundos do agronegócio e produtos industriais de baixa composição tecnológica alcançando, assim, apoio de setores importantes da burguesia.

No âmbito da assistência social mantém o programa de transferência de renda (Bolsa Família), muito embora, esse programa necessite de ajustes, de políticas complementares, pois ainda mantém seus beneficiários em situação de pobreza. Na área da saúde pequenos avanços, mas buscou ampliar o acesso de medicamentos aos mais pobres e realizou uma expansão nos programas de atendimento especializado. Na educação alguns avanços podem ser ressaltados, apesar das suas dicotomias, foi criado o maior programa de bolsas de estudos universitárias, promove inclusão social, mas o ganho capitalista é do setor privado. O governo não se limitou apenas a fornecer essas bolsas investiu também na construção de novas universidades para garantir o acesso gratuito há mais jovens brasileiros, inicia ainda em seu governo a expansão das escolas técnicas. Mesmo com esses pequenos avanços, a interferência das instituições multilaterais é significativa.

De 2011 a atualidade, temos o governo da presidente Dilma Rousseff, é a primeira vez que uma mulher assume o poder no Brasil no posto mais importante do país. Seu governo também mantém uma postura parecida com a do governo anterior, mantém o programa de transferência de renda (Bolsa Família) na área de assistência social, na área da saúde cria o Programa Mais Médicos, e na educação consolida a expansão das escolas técnicas e das universidades e cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), este programa tem como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para alunos brasileiros. Desde sua reeleição a presidente vem enfrentando fortes embates políticos e econômicos. Assim, observa-se que mesmo os governos que possuem uma preocupação com o Bem-Estar social, também encontram barreiras já impostas pelas imposições do FMI e do BIRD.

Assim, podemos especificamente observar como o BIRD, um agente central na política internacional promove suas intervenções nos países em desenvolvimento. As reformas econômicas inicialmente foram colocadas como absolutas, mas com o passar do tempo percebeu a necessidade de adaptação às realidades de cada estado. Motivado

pelo aumento da exclusão social e conseqüente pobreza das populações, ainda na década de 90 tem-se uma (pequena) modificação na agenda neoliberal, incluindo a educação.

Para Scaff (2013, p.100) “os projetos desenvolvidos pelo Banco Mundial para a educação brasileira têm por finalidade a formação de indivíduos para o mercado de trabalho, buscando inserir a lógica do capital internacional nas escolas”. Para questionar se é função da escola formar para o mercado de trabalho?

Para ele é preciso refletir acerca dessa influência do Banco Mundial nas políticas educacionais brasileiras.

Scaff (2013) afirmar que apesar do surgimento da escola anteceder a sociedade capitalista, trata-se de uma necessidade da sociedade frente à complexidade produzida pelo homem e do montante de saber acumulado historicamente. Desse modo, para ele, cabe a escola organizar e sistematizar esse saber. Para utilizar o Programa de Educação Básica para as Regiões Norte e Centro-Oeste (Programa Monhangara), realizado no Brasil durante o período de 1984-1992, este foi o quinto projeto na área educacional desenvolvido pelo governo brasileiro que contou com o apoio financeiro do Banco Mundial. Paro (2013) apresenta alguns pontos que influenciaram a política educacional brasileira:

- a) a baixa qualidade e a ineficiência interna das quatro séries iniciais do ensino de primeiro grau;
- b) a falta de acesso ao ensino básico de todas as crianças brasileiras na faixa etária de 7-14 anos;
- c) a fraqueza administrativa da maciça rede educacional que cobre todo o país;
- e
- d) a falta de cobertura de custos recorrentes e de capital associados à escolarização primária. (Banco Mundial, 1984, p.2)

Apesar disso um dos objetivos do programa eram a “criação de capacidade institucional – gerência e investimento para o ensino básico nos níveis Municipal, Estadual e Federal do governo” (Brasil, 1984, p. 54).

Segundo o autor ressalta que é preciso conhecer as características específicas do trabalho desenvolvido na escola e a peculiaridade dos objetivos da organização escolar, desse modo:

À diferença das empresas em geral, que visam à produção de um bem material tangível ou de um serviço determinados, imediatamente identificáveis e facilmente avaliáveis, a escola visa fins de difícil identificação e mensuração, quer devido ao seu caráter, de certa forma, abstrato, quer em razão do envolvimento inevitável de juízos de valor em sua avaliação. Outra especificidade da escola diz respeito a seu caráter de instituição prestadora de serviços, que lida diretamente com o elemento humano. Aí, o aluno é, não apenas o beneficiário dos serviços que ela presta, mas também participante de sua elaboração. [...] Finalmente [...] há consideração da intensidade do “fator” mão de obra na “empresa” escolar. Enquanto, na empresa produtora de bens e serviços em geral, é bastante grande a participação relativa das máquinas e demais meios de produção em geral, com tendência constante e sua intensificação cada vez maior, na escola é a mão de obra que possui participação relativa mais elevada. (Paro, 1986, p. 126)

A autora evidencia dessa forma, a irradiação das regras da empresa capitalistas para a escola, considerando à predominância dos mecanismos gerenciais na administração escolar, à burocratização das instituições escolares, por meio do excesso de normas e regulamentos à desqualificação profissional do professor, não só por intermédio da implantação da divisão do trabalho como fator de desqualificação, mas também pela desatenção para com a degradação do seu produto (Scaff, 2013, p. 110). E arremata que esses aspectos de irradiação das regras capitalistas para instituições escolares, podem ser observados nas tendências do Banco Mundial para a educação brasileira, conforme apontado nos objetivos do programa, citado acima.

Por fim, Scaff (2013) afirma que para o Banco Mundial a educação é entendida a partir da lógica do capital, sendo a educação importante instrumento de promoção do crescimento e da redução da pobreza, ou seja, um instrumento para formar o indivíduo para o mercado de trabalho e que a escola, por estar inserida nas relações sociais capitalistas, é um espaço de luta, de contradições que se evidenciam ou se ocultam de acordo com o movimento histórico da sociedade. Assim, para ele “a escola capitalista, porque sempre preparou para viver na sociedade capital, sem contestá-la sempre preparou para o trabalho [...]. Talvez agora, quando essa função mais se explicita, seja o momento mais adequado para um movimento contrário” (Paro, 2001a, p.24).

A educação brasileira sofreu muitas interferências e distorções, devido aos descompassos econômicos e aos acordos políticos internacionais. É sabido que a gestão pública precisa apresentar resultados, mas no âmbito educacional é preciso qualificar esses resultados, não apenas quantificá-los. Seguir receita pronta, não traz os mesmos resultados, pois há especificidades que precisam ser consideradas e algumas dessas fazem toda a diferença.

5 CONCLUSÃO

Esses últimos 30 anos foram marcados por muitas mudanças na América Latina, principalmente pela criação e imposição do FMI e do BIRD. Um dos principais acontecimentos foi a crise do petróleo em 1973 que desencadeou uma série de orientações aprovadas no Consenso de Washington que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina, sendo que dentre essas orientações impuseram que as políticas sociais deveriam ser restritamente reduzidas.

Os anos 80 foram marcados pelas lutas de classes, pela defesa dos direitos sociais, pois as mudanças que as transformações políticas e econômicas no âmbito internacional trouxeram, foram demarcadas pelo capitalismo que sofria uma de suas crises. Todavia, o discurso era por uma estabilização macroeconômica da América Latina e o que isso resultou à esses países atualmente, é um endividamento elevado com essas organizações.

Especificamente o Brasil, em 1988 aprovou sua nova Constituição Federal que garante várias conquistas sociais e isso gerou incompatibilidades, como adequar? Pois, o Estado na década de 90 manteve uma postura de estado mínimo, desprezando as conquistas constitucionais resultando em desmobilizações, desarticulações e falta de investimentos em áreas sociais, inclusive implantando a lógica do capital nas escolas.

Nos anos 2000 aproximadamente a esquerda ou centro-esquerda assume com suas particularidades o governo em vários países da América do Sul e tenta resgatar as políticas sociais, no entanto, enfrenta dificuldades para reerguer a economia.

O Estudo não foi completamente exaurido, sugerimos pesquisas mais aprofundadas, pois há campos que merecem novas abordagens junto ao tema, como, fatores sociais, econômicos, políticos dentre outros. Desse modo, possibilitando futuras pesquisas. Foram registradas aqui as percepções a partir das contribuições teóricas acerca dos movimentos sociais, do giro da esquerda na América Latina, a fim de compreendermos o contexto histórico das políticas neoliberais e pós-liberais na América Latina.

REFERÊNCIAS

Arditi, B. (2009) “El giro a la izquierda en América Latina: ¿Una política pos liberal?”, en *Ciências Sociais Unisinos* 45(3):232-246, septiembre/diciembre.

BRASIL. Acordo de empréstimo (Projeto de ensino básico urbano para as regiões norte e centro-oeste) entre república federativa do Brasil e banco internacional para reconstrução e desenvolvimento. Brasília, DF, 1984.

CASTAÑEDA, J. Latin America's Left Turn. *Foreign Affairs*, 2006.

CERVO, A L.; BERVIAN, P.A **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996, 90p.

FAGNANI, Eduardo. **O desmonte do Projeto de Estado Social**. Entrevista concedida a Muito Mais – Revista Eletrônica, em 12 de setembro de 2005.

FIGUEIREDO, I. Z. A construção da centralidade da educação básica. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.) Navegando pela história da educação brasileira. Campinas-SP: Graf.FE: HISTEDBR, 2006, V. 01, P. 01-13.

FIORI, J. L. Brasil no espaço. Petrópolis: Vozes: 2001.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

_____. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001a.

PETERSEN, A. T. T. O papel dos organismos multilaterais na definição das políticas sociais brasileiras a partir dos anos noventa. In: GUIMARÃES, G. T. D.; EIDELWEIN, K. *As políticas sociais brasileiras e as organizações financeiras internacionais*. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

REIS, C.N. et al. Ajuste fiscal e gastos sociais no brasil: a estabilidade em detrimento da equidade a partir das influências do fmi e do banco mundial. In: GUIMARÃES, G. T. D.; EIDELWEIN, K. *As políticas sociais brasileiras e as organizações financeiras internacionais*. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

SCAFF, E. A. S. Diretrizes do banco mundial para inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras. In: PARO, V. H (Org.). *A teoria do valor em Marx e a educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, L. T. Os custos sociais do ajuste neoliberal na américa latina. São Paulo: Cortez, 2000.

SVAMPA, M. (2006) “Movimientos sociales y nuevo escenario regional: las inflexiones del paradigma neoliberal en América Latina”, *Sociohistórica*, nº 19/20.